



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS URBANAS: APONTAMENTOS SOBRE CAMPINA GRANDE - PB

Autores:

CALINE MENDES DE ARAUJO - UFPE - calinemendes@gmail.com

ALEXANDRE SABINO DO NASCIMENTO - UFPB - alexandre.nascimento@upe.br

Resumo:

No Brasil verifica-se uma produção do espaço urbano bastante injusta e perversa, relativa à intensificação de desigualdades históricas. A pior face dessa realidade se apresenta nos espaços pobres nos quais engodos sociais e ambientes se aliam, constituindo as problemáticas socioambientais. Tais realidades não são exclusivas dos pobres, mas são predominantes entre eles. Assim, tendo como objeto de pesquisa a cidade de Campina Grande, com ênfase no bairro do Pedregal, o objetivo do estudo é desvendar as nuances da relação entre problemáticas socioambientais e atuação dos agentes produtores do espaço, como o Estado e os agentes do mercado imobiliário. Para tanto, utilizou-se dos procedimentos metodológicos a seguir: levantamentos bibliográficos sobre o tema, registros fotográficos, contatos assistemáticos com moradores, visitas in loco (juntamente com a Defesa Civil). A partir do exposto, considera-se fundamental o papel do Estado e do mercado imobiliário na produção do que ora chama-se, aqui, de injustas socioambientais urbanas, ligadas sobretudo aos problemas de moradia e de saneamento básico.

PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES E INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS URBANAS: APONTAMENTOS SOBRE CAMPINA GRANDE - PB

INTRODUÇÃO

Muito tem se falado a respeito das desigualdades sociais no Brasil, na América Latina e no mundo. Essas desigualdades se apresentam de múltiplas formas, inclusive as ligadas à produção desigual do espaço urbano¹. A urbanização do Brasil foi caracterizada pela sua intensidade e tendência à (re)produção de desigualdades no espaço urbano. O resultado desse processo foi o aumento de mazelas urbanas, dentre as quais a questão da moradia emerge como uma das principais e mais gritantes problemáticas.

Dados mais recentes vinculados aos documentos temáticos da Conferência Habitat III apontam uma continuidade no processo de urbanização planetária da pobreza. Ao longo dos últimos 10 anos, a proporção da população urbana de países em desenvolvimento morando em favelas diminuiu de 39% (2000) para 32% (2010), mas apesar destes ganhos, cerca de um quarto da população urbana do mundo continua vivendo em favelas. Calcula-se que, desde 1990, 213 milhões de moradores de favelas se somaram à população mundial (HABITAT III – ASSENTAMENTOS INFORMAIS, 2015).

No Brasil, os espaços pobres (geralmente assentamentos ilegais), com suas características como falta de segurança da posse da terra, vulnerabilidades políticas e socioambientais e baixa qualidade de vida dos seus ocupantes, são resultado não somente do padrão excludente dos processos de planejamento em áreas urbanas. Para Fernandes (2006) estes assentamentos também resultam da ordem jurídica em vigor, pois, ao longo do processo de urbanização brasileira mercados de terras especulativos levados a cabo por um excludente mercado imobiliário, sistemas políticos clientelistas e patrimonialistas, e suas políticas paliativas e regimes jurídicos elitistas não têm oferecido condições suficientes, adequadas e acessíveis de direito à terra urbana e à moradia para os grupos sociais mais pobres, provocando, desta forma, a ocupação irregular do espaço urbano.

O presente estudo visa discutir sobre a conformação de desigualdades de cunho social e ambiental ou socioambiental, numa tentativa de entender sua dinâmica de uma maneira interdependente e imbricada. Trata-se de uma análise também de caráter espacial, tendo

¹ Em 2016, a taxa de urbanização planetária alcançou a marca de 54,5% (ONU-HABITAT, 2016) e os desafios colocados para o desenvolvimento urbano tornaram-se ainda maiores. Destaca-se que esse crescimento, entretanto, não é homogêneo. As áreas urbanas que mais crescem são as frações mais pobres dos países menos desenvolvidos do planeta, acompanhadas do crescimento da pobreza e desigualdade (DAVIS, 2006).

como recorte a cidade de Campina Grande-PB/Brasil², com destaque para um de seus bairros mais precários quanto à qualidade de vida urbana, às condições de habitação e às problemáticas socioambientais, o bairro do Pedregal³.

Para tanto, busca-se fazer uma análise do espaço da cidade e de como as supramencionadas desigualdades têm se apresentado nesse espaço urbano, levando em consideração que a produção espacial não se dá de maneira arbitrária, mas segue percursos delineados por grupos e/ou agentes produtores do espaço cujas intencionalidades repercutem no cenário da cidade (SANTOS, 2009).

Esses agentes atuam no sentido de produzir o espaço urbano, reproduzindo, muitas vezes, inúmeras discrepâncias inerentes a esse processo. Cita-se a moradia e suas nuances como um forte indicador dessa produção desigual e injusta do espaço, além da articulação muitas vezes danosa entre mercado imobiliário e Estado, uma vez que os mesmos refletem os ditames do modo de produção capitalista cuja origem e manutenção remontam às disparidades e injustiças vigentes na história das cidades.

Assim, a presente pesquisa traz uma discussão sobre a produção do espaço urbano de Campina Grande, suas discrepâncias e seus reflexos nos bairros mais pobres da cidade, enfocando as temáticas sobre moradia e saneamento básico. Para realizar tal intento cabe ainda refletir de que maneira o meio ambiente urbano aparece como indicador de uma produção do espaço cujos lucros são o maior alvo, a exemplo da especulação imobiliária, de forma a favorecer determinados grupos em detrimento das pessoas mais pobres que almejam, dia a dia, um espaço mais humano, sadio e igualitário.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESIGUALDADES HISTÓRICAS

A especificidade espaço-tempo é preponderante para a produção diferenciada das várias parcelas do espaço urbano. As criações dos agentes se dão em virtude das necessidades de reprodução do modo de produção capitalista, caracterizado pela extrema desigualdade expressa nos espaços das cidades do Brasil e do mundo. De acordo com Peet (1975, p. 188-189) “[...] lo esencial del razonamiento marxista es que la desigualdade no es un ‘mal temporal’ ni la pobreza una ‘paradoja sorprendente’ en las sociedades de capitalismo avanzado; sino que la desigualdad y la pobreza son vitales para el funcionamiento normal de las economias capitalistas”.

As desigualdades, portanto, se apresentam de múltiplas formas, como aquelas de cunho social e ambiental ou socioambiental. Isso pode ser observado nas diversas escalas espaciais, do local ao global, e também temporais, dos tempos mais “remotos” à

² Campina Grande localiza-se no interior do estado da Paraíba, distancia-se da capital, João Pessoa, aproximadamente 120 km. Possuía 385.213 habitantes, no último censo e, atualmente, 407.472 habitantes (IBGE, 2018), e cerca de 593,026 km² (IBGE, 2017). Além disso, configura-se como uma Capital Regional do tipo B (REGIC, 2007).

³ O Pedregal é uma das áreas da cidade de Campina Grande onde a problemática habitacional é mais crítica e que, em função dessas precárias condições, o referido bairro foi contemplado com um projeto de urbanização financiado pelo Programa Habitar Brasil/ Banco Interamericano de Desenvolvimento (HBB/BID), no ano de 2004, entre outros que serão relatados mais à frente.

temporalidade recente. A produção do espaço urbano carrega consigo uma série de desigualdades e injustiças socioambientais, a exemplo de Campina Grande. A respeito da desigualdade, de acordo com Peet:

La desigualdade se produce inevitablemente em el proceso normal de las economias capitalistas, y no puede ser eliminada sin alterar de um modo fundamental los mecanismos del capitalismo. Además, forma parte del sistema, lo que significa que quienes detentan el poder tienen intereses creados em mantener la desigualdade social (PEET, 1975, p. 182).

O espaço urbano é inerente ao processo de ampliação da produção capitalista⁴, refletindo os seus ditames. Esses reflexos se dão tanto no nível do espaço como também nas relações em suas múltiplas formas: econômica, política, ambiental, entre outras. Nesse sentido, Gottdiener (1997, p. 236) afirma:

[...] considero as mudanças [socioespaciais] um resultado dialético de fatores políticos, culturais e econômicos que se manifestam através da linha de frente dos padrões de desenvolvimento imobiliário que congregam a intervenção do Estado, formas de acumulação de capital e a manipulação dos mercados de terra.

As dinâmicas e mudanças que ocorrem no espaço urbano não podem ser tratadas de maneira a naturalizá-las ou de forma a encobrir os históricos papéis desempenhados pelos agentes de produção espacial⁵. Assim, a relação do Estado com o mercado de terras, por exemplo, aparece como uma das causas fundantes dessas dinâmicas que têm gerado processos altamente segregadores e injustos nas cidades. Para Smolka:

[...] ao menos no contexto dito urbano, o espaço geográfico é o lócus de substanciais imobilizações financeiras na forma de capital fixo de longa duração e compõe o que se identifica como o ambiente construído para a produção e o consumo. A rigor, o ambiente construído envolve não apenas as edificações privadas (residências, plantas industriais, etc.) mas também, e principalmente, todos aqueles itens referidos como de infra-estrutura, a exemplo de ruas pavimentadas, rede de serviços públicos, áreas de lazer, etc. Enfim, meios de produção e de consumo coletivo normalmente providos pelo Estado (SMOLKA, 1987, p. 45).

⁴ O espaço urbano, considerado na sua totalidade, insere-se na realidade histórica, econômica, social e política do processo ampliado de produção capitalista, abrangendo as estruturas e os meios da produção imediata e dos demais momentos desse processo (RAMOS, 2002, 134).

⁵ Essa discussão é antiga, e baseia-se no entendimento dos processos de estruturação intra-urbana das cidades e sua relação com processos que levam à diferenciação social do uso do solo e a segregação social e residencial no espaço urbano brasileiro (SMOLKA, 1992).

Destaca-se que a produção do espaço é contraditória e conflitiva. A partir de Lefebvre, Gottdiener enfatiza que: “a principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas [...], e espaço social, ou espaço de valores de uso [...]” (GOTTDIENER, 1997, p. 131). A discussão do espaço enquanto valor de uso e valor de troca mais uma vez se torna atual, com relação à produção e apropriação do espaço urbano.

O relatório da Oxfam (2015) expõe que “A crise da desigualdade global está chegando a novos extremos. O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto” (Oxfam, 2015, 01). Esses dados mostram que a desigualdade a nível mundial tem crescido, pois mesmo quando a renda média dos mais pobres aumenta, a desproporção entre esse acréscimo e o aumento da renda dos mais ricos é bastante expressiva e isso se reflete na produção do espaço.

O Brasil se caracteriza como sendo um país bastante desigual, em termos regionais e no que se refere aos espaços intra-urbanos. Trata-se de uma realidade que perpassa vários anos, acontecendo também como resultado de uma história marcada por injustiças e pela manutenção de privilégios de seletos grupos. De acordo com o Relatório da Oxfam:

No Brasil, onde a desigualdade de renda ainda é extremamente elevada, a renda dos 50 por cento mais pobres mais do que dobrou em termos reais entre 1988 e 2011, quando cresceu a uma taxa ligeiramente mais acelerada que a dos 10 por cento mais ricos. No entanto, o aumento da renda dos 10 por cento mais ricos envolveu valores muito mais elevados em termos absolutos, de tal modo que a diferença absoluta entre a renda média dos dois grupos praticamente também dobrou (Oxfam, 2015, p. 11).

Sabe-se que essas desigualdades de renda e as consequentes (in)justiças espaciais (SOJA, 2014) também não são recentes, mas remontam períodos que compreendem desde o processo de colonização. O Brasil é um país cujas origens estão inseridas num contexto de concentração de renda, no qual a má distribuição de terra aparece como importante expressão socioespacial desse processo.

No Brasil, segundo Pochmann (2015), o predomínio por mais de três séculos do latifúndio da terra, trabalho escravo e de monocultura exportadora ocasionou a consolidação da base primária da desigualdade econômica no Brasil. O autor também aponta os processos políticos e econômicos que se sobrepuseram a esses fatores iniciais para consolidar a desigualdade social atual:

Para, além disso, a forma atrasada e dependente de incorporação do Brasil ao capitalismo mundial, a partir do final do século XIX, elaborou novo plano de produção e reprodução da desigualdade econômica que se sobrepõe à já existente. [...] A prevalência ao longo do tempo de uma elite patrimonialista que se apropria do Estado em benefício próprio definiu os vínculos pelos quais o uso do público se fez, em grande medida, em favor dos interesses

privados. [...] De outro lado, estabeleceu-se o marco do protagonismo da nova estrutura da desigualdade econômica que se travestiu no perfil excludente da distribuição da renda e riqueza dos brasileiros e nas condições diferenciadas de vida dos que habitam o campo e as cidades e, dentro delas, a periferia e áreas nobres (POCHAMNN, 2015, p. 13-14).

Pode-se rememorar o contexto inicial desse processo desigual de produção do espaço, e como esse passado repercute ou replica-se ainda hoje de maneira muito forte, dadas as devidas reconfigurações da realidade, numa espécie de *path dependence*. Pensando a dinâmica contemporânea, percebe-se que, no Brasil, as cidades também têm sido *locus* de uma dinâmica espacial de natureza extremamente classista. Nota-se que o espaço urbano apresenta divisões de classes nem sempre nítidas. Na concepção de Lefebvre (2008, 56): “Existem, portanto, contradições no espaço mesmo se dissimuladas ou mascaradas”.

A produção do espaço das cidades não se dá sem as denominadas, por Milton Santos (2011), intencionalidades. Ao contrário, essa dinâmica vem constantemente permeada de um forte apelo de “prioridades” que atendem, sobretudo, aqueles que detêm poder ou dinheiro. Assim, a produção do espaço é realizada por agentes, dentre os quais se destacam, aqui, aqueles relacionados ao mercado imobiliário e ao Estado (Capel, 1974; Capel, 1983; Capel, 2013; Corrêa, 2011).

A formação do espaço, portanto, se dá no decorrer dos processos históricos através da ação de agentes sociais que “fazem e refazem a cidade [...]” (CORRÊA, 1993, p. 12). Capel (1974, 2013) e Corrêa (1993, 2011) trazem a contribuição a respeito da produção do espaço, enfatizando os agentes produtores. Para Capel (2013), existem os atores e os agentes urbanos. Na concepção do autor:

Los primeros son todos los individuos y grupos sociales presentes en la ciudad, que viven y se mueven en ella; mientras que incluiremos en el segundo grupo a los que tienen capacidad para intervenir en la construcción de la ciudad (CAPEL, 2013, p. 17).

Os agentes seriam, basicamente, os grupos que detêm poderes políticos, econômicos, entre outros, para intervirem no espaço urbano. Enquanto os atores seriam os grupos de “pessoas comuns”, ou seja, pessoas que não detêm esses tipos de poderes. Entretanto, o autor discute que a partir das lutas sociais os atores poderão vir a se tornar agentes.

Por outro lado, Corrêa (1993, 2011) não faz essa diferenciação entre atores e agentes. Mas considera todos os grupos como agentes, fazendo uma distinção entre eles, numa espécie de “subclassificação”. De acordo com o autor, esses agentes são: “(a) os proprietários dos meios de produção; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1993, p. 12).

Embora se compreenda a grande importância do papel dos grupos sociais excluídos, o foco da análise se dá nos papéis do Estado e do mercado imobiliário enquanto detentores de

poder que visam garantir a manutenção ou criação de certos privilégios de alguns grupos sociais no uso e ocupação do espaço urbano.

ESTADO E MERCADO IMOBILIÁRIO: PARA QUEM SE PRODUZ AS CIDADES?

O processo de ocupação do espaço urbano bem como seus resultados e conflitos são dinâmicas bastante representativas das querelas relacionadas ao acesso à terra urbana. Essa dinâmica é reflexo tanto da extrema mercantilização do espaço urbano, ao sobrepor o valor de troca ao valor de uso em várias circunstâncias, bem como surge a partir da atuação de agentes urbanos, tanto aqueles relacionados ao mercado privado de terras quanto aqueles ligados aos setores públicos.

Cabe trazer a discussão para as ações e atuações que se dão no espaço urbano. Nesse sentido, a moradia surge como uma das facetas dos resultados gerados pela atuação do Estado e do mercado imobiliário nas cidades. Kowarick (1979, p. 63) enfatiza

[...] quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, [...] o Estado, para viabilizar semelhante modelo de “ordem social” de características selvagens para força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras.

Nesse sentido, “Ao se apropriar dos efeitos úteis da aglomeração capitalista, dinamizados no espaço da cidade, o capital hierarquiza e divide territórios” (Ramos & Sá 2002, 153). O acesso das pessoas à terra urbana se dá segundo seu poder aquisitivo. Para aqueles que possuem alto poder aquisitivo estão disponíveis os melhores terrenos, do ponto de vista de localização e construtibilidade, já para as pessoas de baixo poder aquisitivo, apresentam-se como alternativas aqueles terrenos cujos problemas são notórios. Nas palavras de Corrêa (1987, 81), “Em relação às áreas residenciais, há bairros aprazíveis e faraônicos, habitados por uma população de alto nível de renda [...]. Em oposição a estes bairros, há outros habitados por uma população de baixo nível de renda [...]”.

A velha discussão se recoloca, ou seja, no sistema capitalista, os espaços das cidades são divididos de acordo com a capacidade de barganha dos seus moradores. Para aqueles que têm pouco ou nenhum poder de troca restam as áreas mais “problemáticas” do ponto de vista socioambiental, embora muitas vezes esses problemas sejam gerados pela parcela da população mais abastada. Como pode-se observar na ocupação da área do bairro estudado, o Pedregal, e sua relação com os bairros mais abastados do entorno.

Sobre os engodos socioambientais vão desde problemas com transporte público até às questões de saúde relacionadas ao contato com esgotos a céu aberto, águas poluídas,

dentre outros⁶. Nesse sentido, o Estado e o mercado imobiliário atuam, em diversas frentes, no sentido de moldar o espaço de acordo com os interesses e ditames do capitalismo, ocasionando efeitos reversos e excludentes na apropriação do espaço urbana pela população mais pobre.

Pode-se citar como exemplo, no caso do Estado, a concessão de benesses aos grupos de maior poder aquisitivo como instalação de infraestruturas prévias ou posteriores à ocupação do espaço por parte desses grupos, de forma a contribuir com o processo de valorização da área, aumentando os preços dos terrenos de maneira que a população mais pobre não tenha acesso a esses espaços, assim o Estado contribui com o processo de geração e manutenção de desigualdades. Nas palavras de Maricato: “Há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade profundamente desigual e historicamente marcada pelo privilégio e pela privatização da esfera pública” (Maricato 2003, p. 158).

Chama-se atenção para a importância do espaço para a acumulação de capital que é objeto de reflexão de Lefebvre (1999), para quem, o papel do urbanismo se traduziria numa estratégia de manutenção dos ganhos da classe capitalista no setor imobiliário, encobrendo as operações realizadas pelo setor público como forma de auxílio à reprodução do capital. Outro exemplo da atuação seletiva do Estado é o abandono de alguns bairros das cidades (instalação de infraestruturas, equipamento de uso coletivo, urbanização e regularização fundiária). Para Maricato:

A sociedade brasileira protelou longamente as providências para o enfrentamento dos problemas urbanos, dos quais a questão fundiária/imobiliária citada aqui é central, mas não a única. O novo século se inicia sem que o Brasil, Estado e sociedade apresentem políticas sociais para as cidades minimamente eficazes para conflitos que passaram a adquirir dimensões gigantescas (Maricato, 2003, p. 161).

Os problemas urbanos no Brasil têm longa data e o seu enfrentamento tem se dado de maneira muito acuada e, por vezes, retrógrada ou inexistente. É importante lembrar que toda realidade tem seu reverso. Quando o Estado se ausenta de algum espaço ele está presente, por vezes, onipresente, em outros. Resumindo, a geração de riqueza para uns significa a geração ou manutenção de pobreza para outros. Assim, “[...] observa-se que os recursos públicos são filtrados e aplicados segundo os interesses privados dos grandes capitalistas” (RAMOS & BARBOSA, 2002, p. 108).

Muitas vezes agindo conjuntamente com o Estado, aparece o mercado imobiliário cuja intencionalidade maior é o lucro. Observa-se, assim, a produção de cidades cada vez mais homogêneas, tendo em vista que a produção da riqueza é o que conta em detrimento da produção de um espaço justo e igualitário. O Estado, através do planejamento e gestão, age

⁶ A atuação do Estado, em sua escala municipal principalmente, se dá relacionada à prestação direta ou indireta de diversos serviços urbanos como: arruamento; água e esgoto sanitário; coleta de lixo e limpeza de vias e de logradouros públicos; drenagem de águas pluviais; trânsito e tráfego; transporte coletivo; iluminação pública; saúde e higiene; assistência social; segurança pública; esporte, lazer, cultura e recreação; defesa civil, entre outros.

de forma a minimizar os obstáculos ao investimento dos setores imobiliário e da construção civil no meio urbano sem colocar em questão a existência da propriedade privada, pelo contrário, salvaguardando-a de qualquer ameaça (LEFEBVRE, 2013). A teoria da “produção do espaço” de Henri Lefebvre enfatiza a produção contínua do espaço e sua ligação com o seu principal produtor na cidade: o Estado (LEFEBVRE, 2013). Essa relação possui características próprias e segue metas, sendo a principal delas a compatibilização da produção do espaço com a reprodução das relações capitalistas de produção, com destaque para a propriedade privada, em um jogo de seguidos reordenamentos.

Há, nas cidades, um grande crescimento na área da construção civil e do mercado de moradias. De acordo com Harvey (2005), a produção do espaço é uma maneira de acumulação do capital. Em outros termos, “[...] o espaço geográfico é o *locus* de substanciais imobilizações financeiras na forma de capital fixo de longa duração e compõe o que se identifica como ambiente construído para a produção e o consumo” (Smolka 1987, p. 45), de forma que a produção imobiliária tem crescido enormemente, sem se levar em conta os danos sociais, ambientais, históricos de toda essa dinâmica frenética. De acordo com Smolka: “A especulação imobiliária é capaz de expulsar populações inteiras, ao se apropriar da valorização de áreas” (SMOLKA, 1987, p. 41-42).

O mercado imobiliário também pode agir sozinho, a exemplo da produção dos grandes condomínios fechados horizontais e verticais que se constituem como imensa problemática socioambiental no espaço urbano hoje. Entretanto, essa atuação tende a contribuir para o processo de valorização das áreas de entorno e desvalorização dos espaços mais distantes. A respeito do capital imobiliário, Maricato (1997, p. 44) assevera:

Há um setor do capital, no entanto, para o qual a cidade não interessa apenas como local da produção e da troca, mas como o próprio objeto de extração de rendas, lucros e juros. Para o capital imobiliário a mercadoria a ser vendida é a própria cidade, isto é, são seus edifícios com suas localizações específicas; em outras palavras, são seus edifícios com suas vizinhanças e oportunidades.

Observa-se, assim, em bairros como a Prata, o Alto Branco e o Catolé, na cidade de Campina Grande, a presença massiva desse setor do capital que foi e é uma realidade nesses espaços cuja extração de rendas, lucros e juros é uma constante. Há, nesses e em outros bairros das cidades um processo crescente de valorização imobiliária (LIMA, 2018).

Outro exemplo da aliança entre esses agentes é a construção dos conjuntos habitacionais populares. Mas, nesse caso, o dinheiro do Estado é lançado diretamente nas mãos das empresas construtoras responsáveis, por vezes financiadoras de campanhas eleitorais. O fundo público representa toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, bancos públicos, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras e financiar grandes programas como o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Historicamente ocorre na sociedade brasileira uma disputa por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal. Sendo o orçamento público um espaço de luta e/ou cooperação política, onde as

diferentes forças da sociedade buscam inserir seus interesses, a correlação de forças é bastante desproporcional, a exemplo dos bairros ricos x bairros pobres na luta pela garantia de direitos básicos via investimentos públicos em urbanização.

A atuação do Estado e do mercado imobiliário que dá origem a espaços cada vez mais valorizados, do ponto de vista mercadológico, alheios à grande parte da população, acaba por gerar a produção dos espaços pobres ou intensificar o seu processo de precarização. Nesse sentido, os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1993; 2011) têm buscado alternativas de sobrevivência e, muitas vezes, resolvem seus problemas de maneira paliativa, a espera de um apoio estatal que, frequentemente, não vem ou chega apenas na época das eleições, intensificando as desigualdades. Tais desigualdades não dizem respeito apenas ao acesso à terra, mas também à forma de convivência das pessoas com o espaço físico. Nesse contexto, a aproximação do debate sobre o sítio físico dos espaços é por demais fortuita, uma vez que as relações sociais se dão sobre um espaço físico e ainda porque “El espacio social contiene objetos muy diversos, tanto naturales como sociales” (LEFEBVRE, 2013, p. 134).

RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: A “HERANÇA” DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Algumas discussões sobre a produção do espaço no âmbito da Geografia têm tentado retomar o debate sobre a relação sociedade-natureza que já foi e ainda é muito cara à essa ciência, mas também a outras áreas do conhecimento. Os aspectos e variáveis naturais têm, por parte de alguns estudos, sido supervalorizados, negligenciados ou ainda dissociados dos elementos sociais, fato que se configura como algo bastante preocupante, tendo em vista a imbricação real entre essas dimensões da realidade. No entender de Mendonça (2009, p. 124):

A questão ambiental tomou, na atualidade, importante dimensão no âmbito institucional geral e também em todas as preocupações sociais, pois os problemas a ela relacionados intensificaram-se fortemente na modernidade. A abordagem científica moderna tem se mostrado insuficiente para o trato amplo da problemática ambiental que se manifesta na cidade.

Grupos hegemônicos, a nível mundial, têm consumido, depreciado e destruído os recursos naturais, além de intensificar alguns processos enormemente prejudiciais à natureza. Contudo, na escala local percebe-se que nas cidades, nos bairros, nas ruas, cada vez mais tem se aprofundado a dinâmica de subjugação da natureza, resultando em efeitos extremamente danosos aos moradores, principalmente aqueles que não têm para onde se mudar e precisam suportar tais consequências.

Somado à pobreza presente em grande parte das cidades brasileiras, a exemplo da cidade estudada, vai se configurar o que alguns teóricos têm chamado de “injustiça ambiental” (ACSERALD, CAMPELO, BEZERRA, 2009), que alia problemáticas ambientais aos já existentes problemas relacionados à renda dos grupos que vivem nesses espaços. Essa chamada injustiça ambiental tem se intensificado com o crescimento das cidades e das suas

mazelas. O termo exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental, que resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social (ACSERALD, 2010)⁷.

Com relação à dinâmica analisada aqui, em meio ao processo de modernização e urbanização da cidade de Campina Grande se pode perceber a produção de um espaço urbano demasiadamente desigual, ou seja, “A experiência mostra que a urbanização de Campina Grande é socialmente seletiva e economicamente concentrada” (SILVA, 1987, p.63). Como resultado houve um crescimento da demanda por moradia, além do aumento de áreas autoconstruídas, caracterizadas pela infraestrutura precária, bem como por serviços escassos no seu entorno. Soma-se a isso a exploração e degradação dos recursos naturais.

Cabe pensar também como algumas parcelas da população foram se apropriando ou tangenciando certos espaços da cidade nos quais alguns elementos naturais estão presentes. Em outros termos, o sítio físico poderá condicionar a localização das pessoas e apropriação dos diversos espaços da cidade. Em Campina Grande o sítio físico também influenciou o seu processo de ocupação, em função do seu relevo e rede hidrográfica sobretudo. Um exemplo, nesse sentido, é a proximidade ou afastamento das pessoas de áreas como várzeas de riachos e canais, conforme sua capacidade de pagar pelo acesso ao solo e de acordo com a maneira como esses elementos estão sendo tratados/utilizados.

Sobre a capacidade de pagar e se apropriar da natureza como uma amenidade, nota-se o papel do mercado imobiliário. Conforme afirma Melo (1988, p. 06) “No quadro da troca mercantil regulada [...] tanto a produção quanto o consumo de habitação se processa com a mediação de mercado, sob o controle dos agentes econômicos privados”. O aumento da produção desenfreada de imóveis tem gerado consequências imediatas ou de longo prazo, muitas vezes irreversíveis. Diante disso, Mendonça afirma:

A população brasileira urbanizou-se muito rapidamente [...] Este rápido processo, que revelou uma forma particular denominada de “urbanização corporativa” (SANTOS, 1993), gerou ambientes que atestam estágios diferenciados e particularmente aprofundados de degradação do ambiente e das condições e qualidade de vida dos cidadãos (Mendonça 2004, p. 143).

Todo esse processo tem causando transtornos e problemas a inúmeros cidadãos que sequer têm acesso a uma parte ínfima dos ganhos desses agentes imobiliários. Cita-se o caso dos grandes prédios construídos, geralmente, nas proximidades de corpos hídricos em função das denominadas “amenidades” ambientais. Isso tem como consequência uma imensa poluição (ou sua intensificação) nos corpos d’água urbanos.

Por outro lado, os espaços ocupados pelos pobres na cidade são, frequentemente, aqueles cuja proximidade de áreas alagáveis, terrenos íngremes, espaços poluídos, são uma

⁷ Acserald em seu artigo “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental” aponta alguns dos princípios e práticas ligados a definição da categoria de luta “justiça ambiental” (ACSERALD, 2010).

realidade. Pode-se lembrar, nesse caso, de estudos que tratam das problemáticas socioambientais, a exemplo dos riscos socioambientais. Mendonça (2010) trata essa abordagem como um novo paradigma e afirma:

A abordagem dos riscos socioambientais urbanos pode ser concebida como um novo paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e reprodução socioespacial; ou seja, ela atesta a inserção de uma nova base de análise na relação sociedade – natureza, pois salta de uma base de certeza e estabilidade para uma outra de incerteza e de instabilidade quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico (MENDONÇA, 2010, p. 154).

É pertinente colocar que essa perspectiva lança foco na abordagem interligada da sociedade e da natureza na busca de explicações plausíveis para as problemáticas socioambientais encontradas no espaço urbano, levando em consideração a natureza e a sociedade como um todo, fugindo de abordagens superficiais “naturalizantes” ou excessivamente antrópicas (sem levar em conta que a sociedade é um misto de sujeitos e instituições e não somente homens isolados).

Retomando os riscos socioambientais, verifica-se que, em Campina Grande, historicamente as margens dos riachos, hoje canais que cortam a cidade, têm sido “destinadas” aquelas famílias mais pobres as áreas próximas a esses riachos, aparecendo como uma das pouquíssimas alternativas de espaço para sua moradia. Fatos que levam a uma situação de vulnerabilidade e de risco socioambientais crescentes⁸.

Complementando a discussão, pode-se apresentar a contribuição de Maricato que afirma: “Áreas de proteção de mananciais, mangues, dunas, beira de córregos, várzeas, encostas íngremes e espaços cobertos por matas nativas são as que sobram para maioria da população” (Maricato, 2011, p. 187). Nota-se que, nesses casos, a relação com a natureza não é de amenidade, mas de preocupação em função das consequências que essas ocupações, que têm como pano de fundo as ações e estratégias discutidas anteriormente, têm gerado. Segundo Maricato:

Não é por outra razão que as áreas ambientalmente frágeis, objeto de legislação preservacionista, “sobram” para o assentamento residencial da população pobre. Nessas localizações, a lei impede a ocupação imobiliária: margens dos córregos, áreas de mangues, áreas de proteção ambiental, reservas. Mesmo quando se trata de áreas públicas, priorizadas nos assentamentos de favelas, sua proteção contra a ocupação depende de sua localização em relação aos bairros onde atua o mercado imobiliário, legal, privado (Maricato, 2003, p. 159).

⁸ Para Filgueira, a vulnerabilidade, pode estar relacionada a “processos sociais, econômicos, territoriais e políticos” (FILGUEIRA, 2013, p. 54). Assim, os processos que são originados na sociedade estão fortemente imbricados nas causas das vulnerabilidades.

A partir da contribuição da autora pode-se afirmar que, inclusive, a lei e sua aplicação são desiguais, pois sua atuação depende dos sujeitos envolvidos na questão. Nessa direção as dinâmicas de produção do espaço nos moldes capitalistas são balizadas por uma enorme incoerência, na medida em que o lucro se sobrepõe aos interesses sociais. Aliados à falta de moradia, à presença de habitações precárias, aos problemas sociais, apresentam-se nas cidades muitos problemas relacionados à natureza.

Esses engodos encontram-se dentre as heranças desse modelo de cidade que vem se configurando. E essa herança foi deixada tão somente aos pobres urbanos que, sem meios e sem apoio para mudar sua realidade, têm que conviver com os inúmeros transtornos, ao passo que a uma minoria é dada a possibilidade de uma convivência “harmônica” com a natureza, uma vez que essa aproximação se dá via mercantilização desses espaços.

Em muitos casos, nas cidades, grupos sociais moram em condições subumanas, conforme pode ser visto nas periferias das grandes e médias cidades. As desigualdades às quais se refere aqui também dizem respeito ao acesso e ao uso dos recursos naturais, ou seja, à relação das pessoas com o meio ambiente. Alguns autores (ACSERALD, CAMPELO, BEZERRA, 2009; TORRES & MARQUES, 2001) trazem a discussão sobre “hiperperiferia” quando se trata de espaços cuja desigualdade alia aspectos sociais e ambientais (socioambientais), apresentando uma face extrema dessas desigualdades, como é o caso das chamadas áreas de risco.

Grande parte da população tem sofrido com problemas socioambientais (moradias precárias, localizadas em áreas consideradas de risco, ausência de saneamento básico, contaminação de áreas e pessoas a partir do contato com lixo, águas e ar poluídos, etc). Esses e outros problemas menos ou mais graves relacionados ao espaço urbano se apresentam fortemente em Campina Grande, como poderá ser visto nas discussões que seguem sobre o bairro do Pedregal.

Dentre os problemas que assolam os pobres urbanos, sobretudo os que moram nas proximidades de riachos poluídos, podem ser citados: o mau cheiro nas ruas, devido ao despejo de esgoto doméstico no leito dos riachos, em virtude da ausência de saneamento básico; o crescimento da ocorrência de doenças de veiculação hídrica, devido ao contato das pessoas com águas contaminadas; o aumento da ocorrência de agentes transmissores de doenças, como o rato, causador da leptospirose, que pode levar à morte; a ocorrência de enchentes e inundações no período chuvoso.

Destaca-se, aqui, a semelhança dessa situação com as condições de moradia da classe operária da Inglaterra, no início da Revolução Industrial, retratadas por Engels (1845) no livro “A Situação da Classe Operária na Inglaterra”. Constata-se que independente das escalas, contextos e agentes, a situação histórica dos trabalhadores com relação à moradia e outros problemas não muda, apenas se reconfigura de acordo com as particularidades perversas do capitalismo, a exemplo do que pode ser visto no Bairro do Pedregal.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS: O CASO DO BAIRRO DO PEDREGAL

A priori, não se pretende fazer uma análise histórica da produção do espaço da cidade, nem do bairro do Pedregal, mas tão somente enfatizar que o processo de produção desses espaços se deu, com frequência, de maneira a excluir ou incluir precariamente vários grupos sociais. Tenta-se compreender como se dão as relações socioambientais e produção do espaço urbano em Campina Grande, lembrando que as problemáticas pretéritas, sobretudo relacionadas aos pobres, não se extinguem, mas permanecem ou se reconfiguram. Observa-se que, ao longo do tempo, a cidade foi sendo ocupada por grupos distintos, entre eles os agentes hegemônicos e, por outro lado, os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1993; 2011).

Historicamente, em Campina Grande, cidade cortada por rios e canais urbanos, foi dada aos pobres a opção de ocupar as várzeas desses corpos d'água ou mesmo áreas mais íngremes ou ainda de difícil construtibilidade e acesso, fato revelador de uma subjacente injustiça ambiental (ACSERALD, 2010). Assim, a cidade vai se configurando, com algumas ocupações nessas áreas “mais frágeis” e periferias, e outras nos terrenos mais aprazíveis, ficando notória a distinção não só das classes na cidade, mas também dos espaços ocupados por cada uma delas. Segundo Lefebvre, “[...] mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surge, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação” (Lefebvre, 2001, p. 94).

Na década de 1980 foram catalogadas as denominadas favelas da cidade. Segundo Maia *et al* (2013) as favelas catalogadas, em 1983, foram: Cachoeira, Estação Nova, Vila Cabral (Santa Rosa), V. Cabral (Santa Terezinha), Sítio São Januário, Cassimiro de Abreu, Buraco da Gia (sic), Severino de Branco, Pedregal, Jeremias, Tambor, Califon, Tamandaré, Pedreira do Catolé, Cova da Onça, Vila dos Teimosos, Santa Rita. Posteriormente à essa catalogação, “a favela do Pedregal, [...] recebeu através do programa Pró-Moradia, alguns equipamentos urbanos e passou a ser chamada de Bairro do Pedregal, apesar da condição de propriedade do solo não ter sido alterada” (LIMA, 2010, p. 30).

O bairro do Pedregal possui uma área de 0,33Km², distribuído em quatro áreas – Pedregal I, II, III e IV – e localizado na região Centro-Oeste de Campina Grande, entre três grandes e antigos bairros do município de Campina Grande: Centenário, Bodocongó e Bela Vista (SOUSA, 2009). Segundo levantamento feito no “Relatório Proposta para Erradicação da Favela do Pedregal” consta que: “Os primeiros habitantes do Pedregal, chegaram por volta de 1975 [...]. Em 1979, o proprietário do loteamento Nossa Senhora de Fátima moveu uma ação judicial para expulsar todos os moradores [...]. Em 12 de agosto de 1981, através do Decreto Municipal nº 894/81, a área foi declarada de interesse social para fins de desapropriação” (CAMPINA GRANDE, 2005, p. 11).

Um dos programas desenvolvidos na cidade e que beneficiou o Pedregal, na década de 70, foi o Programa Nacional Cidades de Porte Médio – PNCPM e o Projeto de Infraestrutura Urbana e Comunitária – B. Esses projetos foram destinados aos bairros do Pedregal, Jeremias

e Cachoeira⁹. Tais ações tinham como seus financiadores o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e o Banco Mundial (CNDU/BIRD). Destaca-se aqui as ações do Estado, somadas a ações de outros agentes em diferentes escalas, a exemplo das ações de organismos multilaterais como Banco Mundial – BIRD e Banco Interamericano – BID¹⁰ na cidade e no bairro analisado.

O subprojeto “B-20”, derivado do referido projeto maior, de acordo com Lima (2010, p. 252) “[...] deveria atuar nos bairros do Pedregal, Jeremias e Cachoeira construindo novas moradias e melhorando as moradias existentes nessas favelas”. Os organismos multilaterais citados aliados a outros agentes e escalas como aqueles ligados ao governo federal e local, além das empresas relacionadas à construção civil, estavam inseridos nessa lógica de produção do espaço.

Já no ano de 2004, o programa “Habitar Brasil/BID”¹¹ desenvolveu ações no Pedregal. Trataram-se de intervenções tanto nas moradias propriamente ditas (construção) bem como de ações na infraestrutura. Os recursos utilizados foram provenientes do governo federal, do município e do BID. Com esse programa o bairro passou por um processo de urbanização, porém alguns problemas permaneceram. O programa denominado HABITAR-BRASIL/BID – HBB foi voltado à superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas. Dentre os problemas que permaneceram pode-se destacar a questão do saneamento básico e a poluição. Sobre a precariedade histórica desse bairro, antes considerado uma das maiores favelas de Campina Grande, Souza escreve:

A Favela do Pedregal III e IV constitui-se numa das mais antigas favelas de Campina Grande, ocorreu na década de 1980 [...]. Os lotes não apresentavam formas ou dimensões padronizadas e as habitações foram construídas de forma precária. [...] segundo relatos de moradores mais antigos, nessas vias não passava nenhum meio de transporte. Quando alguém adoecia ou falecia era levado nos braços ou em lençóis. Os moradores também relatam que não existia esgoto sanitário e todos os dejetos eram jogados nas ruas. A passagem pelas “ruas” era feita a partir da

⁹ Segundo o Plano de Erradicação de Favelas, de Campina Grande, de 1972, essas três localidades eram exemplo de algumas das maiores favelas da cidade. Algumas delas, tanto da década de 1970 quanto nos anos de 1980, se consolidaram e foram posteriormente incorporadas ou “transformadas” em bairros como o Jeremias e Pedregal.

¹⁰ Algumas instituições têm uma experiência significativa na promoção de programas de desenvolvimento urbano, sendo que o BID é a maior agência multilateral a financiá-los na região da América Latina e Caribe (LAC). O Banco possui um reconhecimento internacional nos temas de urbanização de assentamentos precários. E possui alguns programas desenvolvidos em parceria com o Governo brasileiro, como o Favela-Bairro e Habitar Brasil (HBB) (MAGALHÃES & VILLAROSA, 2012)

¹¹ O Programa Habitar Brasil/BID (HBB) foi idealizado como um projeto para financiamento de obras e ações nas capitais ou municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. Firmado em setembro de 1999, o acordo de empréstimo entre a União e o BID criou o aparato normativo e orçamentário necessário. Dentro do programa houve uma subdivisão que incluía a área de destaque desse estudo que foi o Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), que tratava da implantação e execução de projetos integrados para urbanização de assentamentos subnormais. (HABITAR BRASIL/BID, 2007).

colocação de madeiras para evitar que pisassem nas valas. (SOUZA, 2010, p. 08).

A partir de pesquisas de campo, concorda-se com a citação a respeito da precariedade do Pedregal, levando em consideração que uma parte do bairro hoje encontra-se consolidada, mas outra parte continua passando por problemas históricos de grande monta, de saneamento básico e ausência de moradia digna, entre outros.

Segundo o 2º Relatório Parcial de Definição das Zonas de Interesse Social - ZEIS¹² de Campina Grande, de 2006, elaborado pela SEPLAN – Campina Grande em parceria com o Programa Habitar Brasil/BID, foram analisados trinta e nove assentamentos subnormais da cidade para selecionar e delimitar as ZEIS do município [...]. Nesse relatório o Pedregal não se configura como ZEIS, mas o referido documento aponta seus números e suas fragilidades socioambientais. Em 2006 a maioria da localidade era servida por rede de esgotos (70%), mas 10% do esgoto era lançado em vala ao céu aberto, e outros 20 % em fossas. A coleta de lixo atendia a 60% das habitações. O assentamento subnormal era composto por 1.392 habitações, e essas possuíam uma população de baixa renda de, aproximadamente, 5.651 habitantes (CAMPINA GRANDE, 2006).

De acordo com levantamento realizado pela Defesa Civil de Campina Grande, em 2011, sobre as áreas de risco e os principais problemas das mesmas, de 2005 a 2010, aponta-se que o bairro Pedregal possuía vários problemas como: pontos de alagamentos, desmoronamento de casas, proliferação de insetos e roedores, acúmulo de lixo em terrenos baldios e invasão de terrenos públicos (CAMPINA GRANDE, 2011). Em outro documento da Defesa Civil, do ano de 2013, esse bairro é apontado como sendo alvo de desastres, conforme citação a seguir:

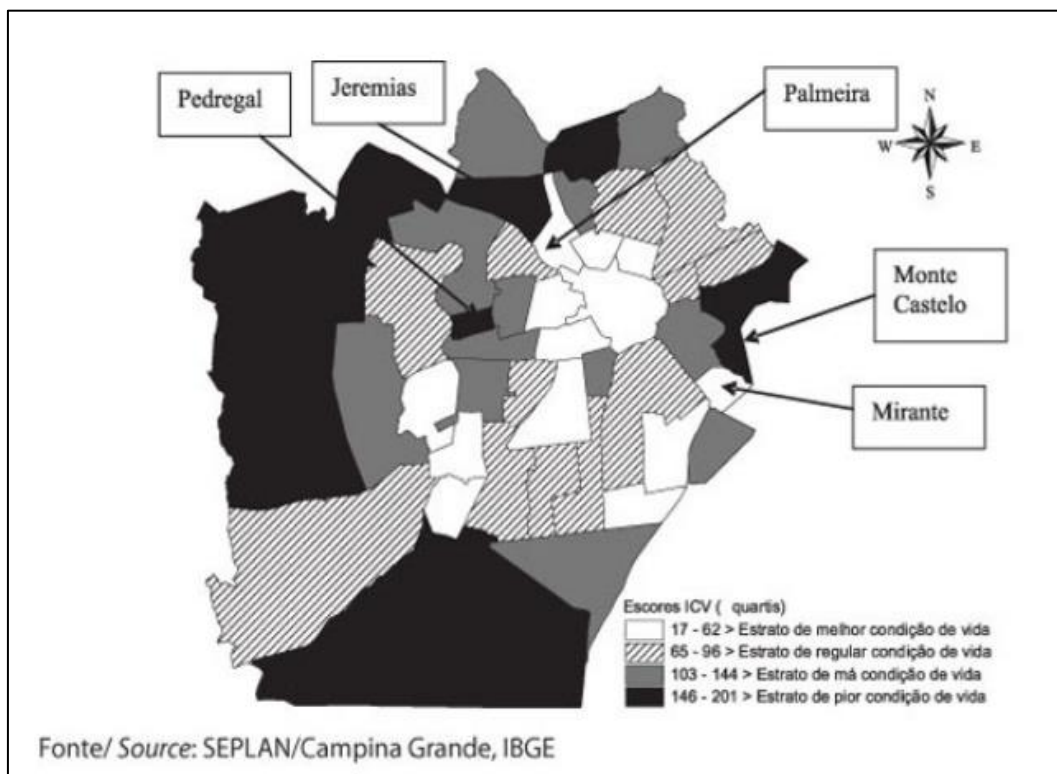
[...] elevado número de habitações subnormais, o despreparo da comunidade em assuntos relacionados a proteção do meio ambiente e a percepção de riscos, ausência de sistema de drenagem eficiente e carência de serviços de infra-estrutura (sic) básica, sem esgotamento sanitário por fossa séptica ou por rede; segundo dados do IBGE (2010) o bairro do Pedregal possui 2.337 domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais o que transforma o cenário em classificação de alto risco de desmoronamento, desabamentos, enxurradas, enchentes, alagamentos, inundações etc (CAMPINA GRANDE, 2013, s/p).

Observa-se que o espaço analisado expressa uma série de injustiças e abandono por parte do Estado, sobretudo na figura da Prefeitura Municipal, que se intensificam na atualidade. Uma ilustração nesse sentido é pesquisa realizada por Queiroga *et al* (2012) cujo objetivo foi analisar a distribuição espacial da tuberculose e a sua relação com condições de

¹² Segundo o Art. 36 do Plano Diretor de Campina Grande de 2006, ZEIS são “[...] porções do território municipal que têm por objetivo assegurar à função social da cidade e da propriedade, sendo prioritariamente destinadas à regularização fundiária, à urbanização e à produção de habitação de interesse social”.

vida na área urbana de Campina Grande, no período de 2004 a 2007. Nesse estudo o Pedregal aparece como um dos bairros de pior condição de vida da cidade (Figura 1).

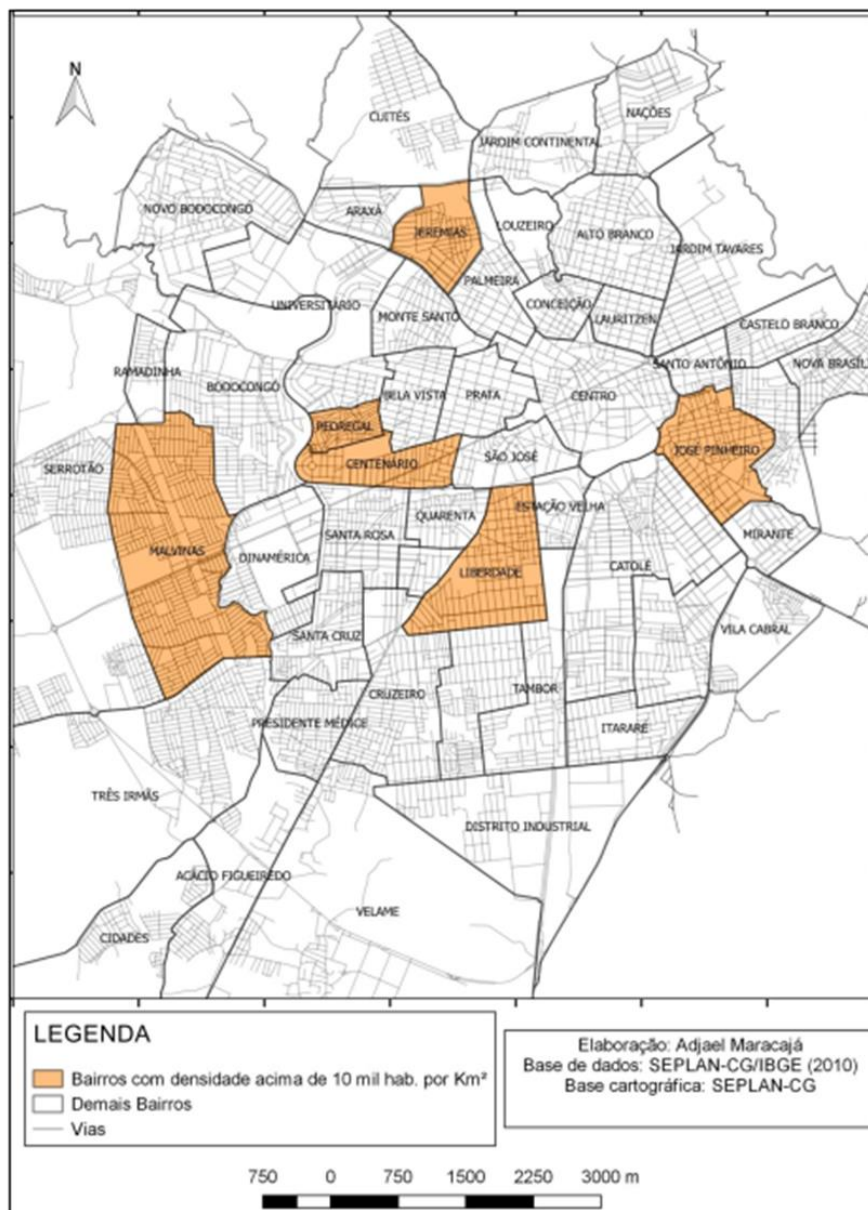
Figura 1: Bairros de Campina Grande segundo o Índice de Condições de Vida – 2000.



Fonte: Queiroga *et al* (2012).

Observa-se, a partir do mapa, que o Pedregal aparece “isolado” como um dos bairros de pior condição de vida na cidade. Além disso, o mesmo encontra-se situado nas imediações da região central da cidade, contrastando com outros bairros, em um caso patente de injustiça socioambiental. Um agravante dessa situação é que, além de se apresentar como um dos bairros com piores condições de vida, apresenta-se, hoje, como um dos mais densos do ponto de vista demográfico, conforme mapa a seguir (mapa 01):

Mapa 01: Bairros com maior densidade demográfica em Campina Grande – 2010.



Fonte: Adaptado de Lima (2018).

A partir do mapa 01 e dos estudos de Lima (2018), pode-se verificar os bairros com maior densidade demográfica (acima de 10 mil habitantes por Km²). O Pedregal consta nesse grupo de bairros mais populosos de Campina Grande. Esse é um problema muito sério que significa dizer que uma gama enorme de famílias está sofrendo com tais problemáticas e precariedades verificadas.

Ademais, o bairro do Pedregal possui uma topografia e a situação socioespacial que desestimularam sua ocupação pelo mercado imobiliário, que buscou outras áreas devido, entre outras coisas, à sua ocupação anterior por uma população pobre e sua grande declividade. A partir disso pode-se compreender porque, embora esteja rodeado por bairros

de crescente valorização imobiliária, a exemplo da Prata, da Bela Vista e do Conjunto dos Professores, o Pedregal não se insere também em tal dinâmica relatada por Lima (2018). Para Lima:

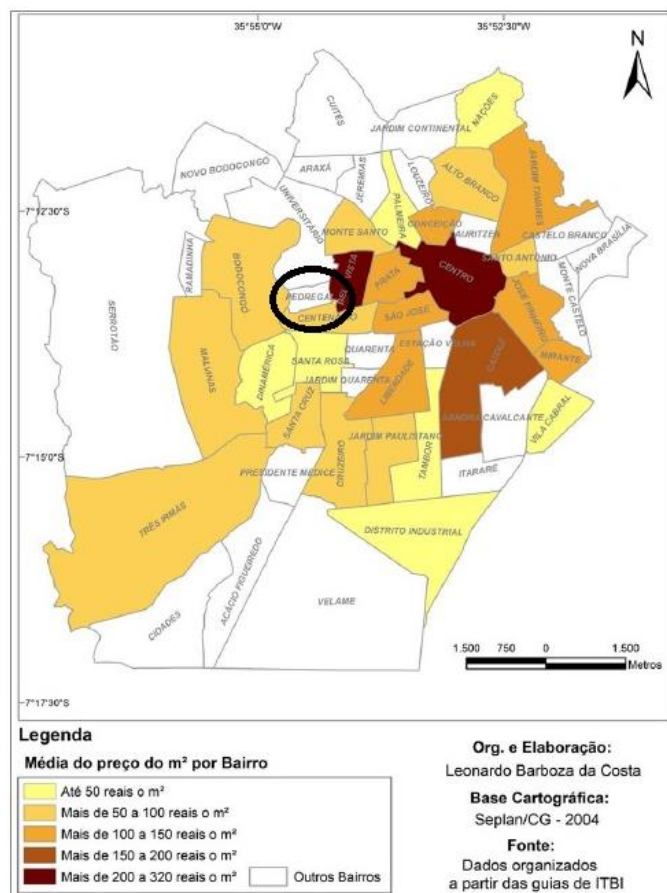
A função do Estado como condicionador da expansão da mancha urbana de Campina não ocorreu apenas com a construção de habitações em zonas periféricas da cidade, equipamentos públicos de grande porte tiveram peso significativo na promoção da expansão e espraiamento da malha urbana, como a construção do Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) nas proximidades do Bodocongó. [...] A construção do campus trouxe para a cidade um contingente populacional ligado à elite acadêmica e, posteriormente, de estudantes vindos de diversas partes da Paraíba e de estados vizinhos. Dessa forma, alguns bairros foram sendo criados e modificados em função da instalação desses equipamentos, como por exemplo, a criação do Conjunto dos Professores e a dinamização econômica de bairros vizinhos ao campus, como Bodocongó e Bela Vista. (LIMA, 2018, p. 45).

Sobre as consequências dessas ações e a especulação imobiliária advinda das mesmas, pode-se situar sua relação com o bairro do Pedregal que, por apresentar características topográficas que dificultavam a construtibilidade no local e uma ocupação histórica de população de origem pobre, manteve-se como um bairro sem perspectiva de valorização imobiliária. Sobre esse contexto, Costa afirma:

O primeiro aspecto é destacado no Bairro do Pedregal, área de grande declividade, que se encontra nas proximidades do Bairro Bela Vista. O Pedregal, aos poucos, foi sendo ocupado pelos imigrantes pobres, que vinham de outras cidades próximas, principalmente durante a década de 1980 e viam nessa área uma forma de não se distanciar da área Central e de manter um pouco de sua acessibilidade. Acreditamos que esses elementos - o sítio e a situação de pobreza das pessoas que ocupavam essa direção da cidade - levaram as camadas dirigentes e o mercado a procurarem outras áreas para investir (COSTA, 2013, p. 142).

O estudo desenvolvido por Costa (2013) apresenta os bairros cujos preços do metro médio de terrenos da cidade varia dos mais baixos até os mais expressivos (mapa 02), considerando aqueles preços mais baixos como sendo dos bairros que não apresentam dinâmicas relativas à valorização. Além disso, aparecem alguns bairros que não são classificados nesse mapeamento, a exemplo do Pedregal.

Mapa 02: Preço médio do metro quadrado dos terrenos comprados em 2010 por bairro, com destaque para o Pedregal.



Fonte: Adaptado de Costa (2013).

No que diz respeito à valorização imobiliária do bairro estudado, no mapa acima o mesmo nem sequer aparece como um dos espaços mapeados com seus respectivos preços médios de terrenos, sendo a cor branca na sua legenda um indicativo de que o bairro nem “pontuou” no levantamento de tais dados.

Atualmente alguns problemas aparecem como sendo os mais presentes na realidade do bairro do Pedregal. A presença de lixo e esgoto a céu aberto se configuram como exemplos de um tipo de ocupação do espaço urbano resultante de gritantes injustiças socioambientais, segundo o que pode se observar nas fotografias abaixo (Fotografias 01 e 02).

Fotografia 01 – Lixo espalhado na rua. Fotografia: 02 - Esgoto a céu aberto.



Fotografia: Caline Mendes de Araújo, maio de 2016.

Através das visitas de campo e de registros fotográficos, como os apresentados acima, confirma-se que, a quantidade de lixo, o esgoto a céu aberto e o mau cheiro, além de outros problemas, configuram históricas condições desumanas de sobrevivência¹³. Segundo

¹³ Silva, Andrade e Tavares-Neto (2003) realizaram um estudo nesse bairro sobre a incidência de asma e ascaridíase em crianças, no qual a população estudada foi constituída por crianças de 2 a 10 anos de idade, residentes no Pedregal, da cidade de Campina Grande (PB). Os autores apresentaram o seguinte resultado: A asma e a ascaridíase são consideradas agravos freqüentes em todo o mundo. No Brasil, onde as condições socioeconômicas interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas, expondo-as a todos os tipos de risco e exacerbando, cada vez mais, a pobreza e o dualismo social, a elevada prevalência (56,3%) de ascaridíase na comunidade do bairro do Pedregal pode ser outro indicador sobre as precárias condições sociais e de saneamento. Além disso, essa prevalência é superior às encontradas em Curitiba (42,7%) e Salvador (31,2%), e também em estudo anterior, realizado em Campina Grande (54,2%) (SILVA, ANDRADE, TAVARES-NETO, 2003, p. 229).

os moradores, essa situação perdura há anos e os mesmos tiveram que se “adaptar” a tal realidade, uma vez que “de alguma maneira é preciso morar [...]” (Rodrigues 2003, 11).

É sabido que essa situação é uma das faces de ações extremamente contraditórias por parte do Estado, que prioriza certos espaços em detrimento dos outros, além de ser resultado também da ação excludente do mercado imobiliário. Ressalta-se-se que a ausência de serviços básicos, como coleta de lixo e tratamento de esgoto são fortes causadores de tais engodos. A fotografia abaixo é ilustrativa do que sem vem discutindo (fotografia 03).

Fotografia 03: Bairro do Pedregal e entorno, com áreas de especulação imobiliária, no “Conjunto dos Professores”.



Fotografia: Caline Mendes de Araújo, maio de 2016.

A partir da fotografia percebe-se que, ao lado da área analisada, cresce a especulação imobiliária, com alguns terrenos vazios, loteados e cercados de benesses públicas, a exemplo das vias de acesso e iluminação pública. Esse espaço trata-se do “Conjunto dos Professores” onde se verifica uma crescente valorização e especulação imobiliária, em função da sua proximidade com as principais universidades da cidade, a Universidade Federal de Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba.

A partir dessa realidade, lança-se alguns questionamentos: Por que áreas tão próximas são tão desigualmente atendidas pelo Estado? Onde estão os mecanismos de regulação de ocupação do espaço urbano, que permitem que espaços permaneçam ociosos enquanto inúmeras famílias têm que sobreviver em meio ao descaso e ao caos socioambiental? Por que as ações do Estado e de organismos multilaterais somente contemplaram partes do bairro do Pedregal e não a sua totalidade? Essas são algumas questões para se refletir e um convite a novas problematizações acerca do espaço analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em tela traz à tona o debate sobre as desigualdades socioambientais verificadas nos espaços das cidades, especialmente Campina Grande. Observa-se que essas desigualdades são históricas e de naturezas diversas. Nesse sentido, aquelas de ordem espacial e socioambiental foram priorizadas nesse estudo.

As mazelas que se encontram nas cidades são históricas e refletem uma produção do espaço cujos ditames capitalistas lhe são intrínsecos. Desse modo, as desigualdades urbanas surgem como expressão de um processo no qual a precificação do espaço urbano aparece como principal objetivo dos seus agentes produtores. A atuação seletiva e elitista desses agentes corroboram para a conformação de cidades extremamente contraditórias.

Nesse cenário, problemas socioambientais são maximizados para aqueles que não têm como lançar mão de ações hegemônicas, tendo que conviver com táticas de sobrevivência. Dentre os problemas mais recorrentes a serem transpostos pelos moradores cita-se a questão da moradia (e seu entorno: poluição, ausência de saneamento, entre outros). Na ausência de moradia digna e naquelas realidades de ocupação de espaços insalubres e esquecidos surgem problemas desencadeadores de muitos outros.

O exemplo trazido para discussão foi a questão da poluição e da ausência de saneamento básico em Campina Grande, especificamente no Pedregal. Esse bairro, assim como inúmeros outros, resultou de uma produção altamente injusta do espaço, na qual os pobres não têm vez, a não ser enquanto força de trabalho barata. Na área visitada do bairro percebe-se que os moradores vivem em condições subumanas, no que se refere ao espaço coletivo, tendo em vista que as condições socioambientais se dão em um contexto de falta de higiene extrema, em função do lixo e dos esgotos que correm abertamente na “rua”.

Finalmente, afirma-se que as condições subumanas em que vivem milhões de pessoas no mundo e no Brasil, a exemplo da cidade estudada, não são reflexos de processos “naturais” ou incorrigíveis. Mas constituem resultados de processos cujos interesses são claros e cujo lucro e a manutenção de poderes e privilégios são o mote que os direciona. Esses processos vêm provocando um aumento crescente do que se qualifica, aqui, de injustiça socioambiental. Tais considerações se baseiam em importantes contribuições de Soja (2014) na obra “Em busca de la justicia espacial” e de Acserald, Campello e Bezerra (2009) em sua obra “O que é justiça ambiental”, que conjuntamente apontam para uma profícua releitura das origens, transformações e permanências dos problemas socioambientais nas cidades brasileiras, resultantes de um processo de urbanização acelerado, desigual, injusto e segregador

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados. v. 24, n. 68, 2010.

ACSERALD, H; CAMPELLO, C. A.; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. **Habitar Brasil/Banco Interamericano – BID**. Ministério das Cidades: Brasília, 2007.

CAMPINA GRANDE. **Plano de Contingência para Desastres Decorrentes de Precipitações Pluviométricas no município de Campina Grande**. Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, Campina Grande, 2013.

_____. **Plano de Contingência da Defesa Civil de Campina Grande para situações de prevenção, alerta e emergência (Período de Chuvas)**. Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, Campina Grande, 2011.

_____. **2º Relatório Parcial de Definição das Zonas de Interesse Social - ZEIS de Campina Grande**. SEPLAN/Programa Habitar Brasil/BID, Campina Grande, 2006.

_____. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Gabinete do Prefeito. **Plano Diretor Municipal**. Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006. Promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande. 2006. 50f.

_____. **Programa Habitat-Brasil/BID - Síntese do Diagnóstico (V.2)**. Secretaria de Planejamento/BID, Campina Grande, 2005.

CAPEL, H. **Agentes y estrategias em la producción del espacio urbano español**. Revista de Geografía. v. 08, n. 1-2, 19-43, 1974. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880/56672>. Acesso em: 23 ago. 2018.

_____. **Capitalismo y morfología urbana en España**. 4. Ed. Barcelona: Los Libros de la Frontera, 1983.

_____. 2013. Agentes urbanos y mercado inmobiliario. In: CAPEL, H. **La morfología de las ciudades**. Vol III. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CORRÊA, R. L. **Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (et al). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, L. B. **Estruturação da cidade de Campina Grande: as estratégias e intencionalidade do mercado imobiliário**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

DAVIS, M. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERNANDES, E. Regularização de Assentamentos Informais: o grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros. In: ROLNIK, R (org.). **Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos**. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006.

FILGUEIRA, H. J. A. **Os desastres relacionados com fenômenos naturais no contexto dos sistemas organizacionais**. In: GARCIA, J. P. M (org). Desastres na Paraíba: riscos, vulnerabilidade e resiliência. 1ed. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2013.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População em áreas de risco no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades**, 2007.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing, 2013.

_____. Espaço e política. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIMA, A. M. **Condomínios horizontais fechados e o uso do solo urbano em Campina Grande – PB (2000-2017)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

LIMA, Y. S. **A Política Habitacional em Campina Grande – PB (1988-2009)**. Dissertação, (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba), UFPB, 2010.

MAGALHÃES, F; VILLAROSA, F. (Coord.). **Urbanização de favelas: lições aprendidas no Brasil**. Nova Iorque: Banco Interamericano, 2012.

MAIA, D. S; CARDOSO, C. A. A ALONSO, S; Bezerra, R. Síntese da história da cidade e de seu processo de urbanização. In: Parte I - Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e Transformações. In: ELIAS, D; SPOSITO, M. E. B; SOARES, B. R. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional Campina Grande e Londrina**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

Maricato, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. v. 17, n. 48, 151-167, 2003. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/revista>. Acesso em: 30 set. de 2018.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A terra é um nó na sociedade brasileira...Também nas cidades**. Disponível em: www.labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato. 1997. Acesso em: 04/02/2017.

MELO, M. A. B. C. de. **Modos de acesso à terra urbana, a produção do ambiente construído e a formação de políticas públicas.** Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

MENDONÇA, F. **Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos:** a contingência climática. Mercator. v. 9, p. 153-163, 2010.

_____. Geografia, geografia física e meio ambiente: uma reflexão à partir da problemática socioambiental urbana. **Revista da ANPEGE.** v. 5, p.123-134, 2009.

_____. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio ambiente** v. 10, 139-148, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v10i0.3102>. Acesso em: 30 out. 2018.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Documento de Políticas da Habitat III: 10 – Políticas Habitacionais.** Nova York: ONU, 2016.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Documentos Temáticos da Habitat III: 22 – ASSENTAMENTOS INFORMAIS.** Nova York: ONU 2015.

OXFAM. **Uma economia para 1%.** Documento informativo da OXFAM, 2016. Disponível em: http://www.oxfam.org.br/publicacoes/sumario_executivo. Acesso em: 12 set. 2016.

PEET, R. Desigualdad y pobreza: una teoría geográfico-marxista. In: Geografía Radical Anglosajona. Barcelona: Bellaterra, 1977.

POCHMANN, M. **Desigualdade econômica no Brasil.** São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

QUEIROGA, R. P. F. (et. al). Distribuição espacial da tuberculose e a relação com condições de vida na área urbana do município de Campina Grande - 2004 a 2007. Rev. bras. epidemiol. v.15 n.1, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2012000100020&script=sci_arttext. Acesso em: 25 ago. 2018.

RAMOS, M. H. R; SÁ, M. E. R. Avaliação da política habitacional popular segundo critérios de eficácia societal. In: RAMOS, M. H. R (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RAMOS, M. H. R; BARBOSA, M. J. S. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. In: Metamorfoses sociais e políticas urbanas. RAMOS, M. H. R. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SABATINI, F; SIERRALTA, C. Medição da Segregação Residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J. M. P. **Novas Metrôpoles Brasileiras. População, Vulnerabilidade e Segregação.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2009a.

_____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2009b.

SILVA, I. A. **A crise da moradia**: políticas habitacionais para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB. Rio de Janeiro: Livraria AGIR, 1987.

SILVA, M. T. N.; ANDRADE, J.; TAVARES-NETO, J. **Asma e ascaridíase em crianças de 2 a 10 anos de um bairro de periferia**. J. Pediatr. V. 79, n.,3, Mai/Jun, 2003.

SMOLKA, M. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: O caso do Rio de Janeiro. **Espaço e Debates**. v. 21, 1987.

SPOSITO, M. E. B. Segregação Socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A Cidade Contemporânea**: Segregação Socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SOJA, E. W. **Em busca de la justicia espacial**. Valência: Tirant Humanidades, 2014.

SOUZA, M. A. A. Pensando a Política Nacional de Habitação para a Diversidade das Famílias e dos Municípios Brasileiros. In: BITOUN, J; MIRANDA, L. I. B. M (Org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Rio de Janeiro: Fase/Observatório da Metrópoles, 2009.

TORRES, H.; MARQUES, E. **Reflexões sobre a hiperperiferia**: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 4, p. 49-70, 2001.

VASCONCELOS, P. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Cidades** v.1, n. 2, 259-274, 2004. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/issue/view/56>. Acesso em: 25 ago. 2018.